



SEMINÁRIO DE GREVE: PETROLEIROS RATIFICAM POSIÇÃO DA FNP



Seminário ainda apontou resoluções especiais sobre privatização, Covid-19, AMS, Petros e meio ambiente, que resultará num documento com todas as diretrizes e propostas

Organizado pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), realizado último sábado (15/8), o Seminário de Greve discutiu privatização, teletrabalho, unidade na luta e muitos outros temas importantes

para a categoria. Os petroleiros ainda ratificaram a posição da FNP em exigir o adiamento das negociações do ACT para após o estado de calamidade, com a consequente prorrogação do ACT vigente.

Também foi aprovada a pauta reivindicatória apresentada pela direção da FNP, referenciada no ACT 2015, acrescida de direitos adquiridos posteriormente, como a carga horária para lactantes;

cláusulas referentes à segurança no emprego e transferências; da exigência de negociação coletiva para o teletrabalho; e ainda apontou resoluções especiais sobre privatização, Covid-19, AMS, Petros e meio ambiente.

O seminário resultará num documento com todas as diretrizes e propostas para as políticas aprovadas. Esse documento será enviado à Petrobrás.

I - DEFESA DA VIDA E COMBATE À PANDEMIA (COVID-19)

Com mais de 100.000 mortos e um avanço de mais de 1000 mortes por dia no país e surtos de COVID19 em nossas plataformas e plantas industriais, somando adoecimentos e mortos, não é cabível que a direção da empresa seja tão mesquinha de querer se aproveitar deste momento para atacar os trabalhadores que vem garantindo recordes e resultados operacionais em plena pandemia. Não é hora de fazer marola contra os petroleiros em plena crise sanitária e econômica e muito menos prover a direção e a alta gerência de prêmios e remunerações absurdamente desproporcionais às suas competências e contribuições aos resultados da empresa. Que se proteja os trabalhadores e se premie a Vida!



Debates enriquecedores

Na parte da manhã, o seminário promoveu discussões com grandes nomes da área científica, como: Gustavo Machado (ILAESE) e Eric Gil Dantas (IBEPS). Os convidados abordaram a atual situação das privatizações e os aspectos econômicos da privatização no Brasil, respectivamente.

Todos os debates da parte da manhã podem ser revistos aqui:

www.youtube.be/mwUiKRx1vqY

Veja também as apresentações dos convidados na íntegra:
Gustavo Machado (ILAESE)
Eric Gil Dantas (Ibeps)



SEMINÁRIO NACIONAL DE GREVE DA FNP

SÁBADO 15.AGO | 9h

LIVE

Participe!

A ABERTURA DO SEMINÁRIO SERÁ TRANSMITIDA AO VIVO PELA FNP E SINDICATOS FILIADOS

BASTA DE PERDAS
Mercedes mais!
A VIDA EM PRIMEIRO LUGAR

f /PETROLEIROS p /PETROLEIROS

2 - DEFESA DA SAÚDE (AMS)

Devido ao controverso projeto de mudança da gestão da AMS para uma associação e a insistência da gestão em tentar impor a ilegal resolução 23, pois há liminar da FNP à derrubando até o momento, bem como o discurso de que a alteração para a associação em nada mudaria os direitos dos trabalhadores, contestamos tanto o discurso vazio quanto o projeto em si e propomos contratar, acordar já:

-Teto de contribuição - Relação 70/30, respeitando a liminar da FNP que derrubou a resolução 23 da CGPAR;

-Somatório de Reajustes da AMS limitado ao menor reajuste salarial concedido para categoria, seja da ativa ou aposentado;

-Custos relativos à COVID19 como encargo da empresa, fora da relação 70/30;

-Piso da atual amplitude e padrão de Rede Credenciada;

-Piso do atual Nível de qualidade da AMS na ANS;

-Autogestão paritária com a representação dos trabalhadores pelos sindicatos conforme a quantidade de vidas vinculadas à base;

-Escolha de auditoria externa em acordo com a FNP e Sindicatos.

Manutenção da cobrança da AMS nos conta cheques.

Manutenção do Custeio 70x30

Manutenção da gestão da AMS integralmente pelo RH PETROBRÁS

Retorno do programa Pasa com um dia no ano para checkup em que o aposentado não paga o pequeno risco, nem o custeio.



3 - CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

A propaganda da privatização contradiz os fatos da ampla e profunda corrupção que concretizaram, bem como o sentimento majoritário dos brasileiros contrário a essa roubalheira.

A denúncia desse processo de saque das riquezas nacionais com a entrega do Sistema Telebrás, Mineradoras e Metalúrgicas foi feita. E convivemos com os resultados criminosos desse processo. A exemplo da privatização da VALE do Rio Doce, com os crimes de Mariana e Brumadinho. Ou da Oi quebrada querendo se apropriar de um patrimônio de 20 bilhões que lhe foi arrendado e não doado.



Contra a PETROBRAS avança o projeto de privatização fatiada e desmantelamento de seu modelo de empresa integrada de energia, agora tocado pelo Governo Bolsonaro e o banqueiro Paulo Guedes que dirige o Ministério da Economia. Está em curso a formação de monopólios regionais privados incentivados por fortes subsídios públicos e privados embutidos nos baixos preços de entrega de ativos estratégicos da cadeia de negócios do petróleo no Brasil, criada e desenvolvida pela competência e investimentos da Petrobras em regime de concorrência de mercado.

4 - DEFESA DA SEGURANÇA AMBIENTAL E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Por uma empresa integrada de energia, que não abandone investimentos estratégicos ou venda seus ativos na área de energias renováveis (Eólica, Solar e PBO), seja na pesquisa ou comercialmente, ou abandone negócios e suas plantas industriais em áreas sensíveis como a Amazônia, como são os casos de URUCU, o gasoduto Urucu-Manaus, a REMAN, terminais e termelétricas da região.

Temos exemplos catastróficos da incompetência da iniciativa privada na gestão de riscos ambientais, seja no Brasil, como são os crimes da VALE/Samarco em Mariana e Brumadinho e o vazamento da Chevron no campo de Frade em 2011, seja no exterior, como foram os crimes ambientais da Exxon (Navio petroleiros Exxon



Valdez) ou BP (Plataforma Deepwater Horizon). As multinacionais não tem o mesmo comprometimento socioambiental com o nosso país.

Portanto, a Petrobrás deve retomar como valor a segurança

ambiental e transição energética, reposicionar sua atuação no sentido de se fortalecer para a mudança necessária de uma economia mundial de baixo carbono.

5 - EM DEFESA DE PROTEÇÃO TRABALHISTA CONTRA O ASSÉDIO E TRANSFERÊNCIAS ARBITRÁRIAS

A empresa se compromete a promover política de RH buscando conciliar o interesse do empregado e o da companhia buscando, portanto, só realizar transferências por interesse da companhia com os seguintes requisitos: Após a vigência do ano letivo; Aviso prévio maior que seis meses; Conhecimento e negociação com os sindicatos através da comissão paritária;

A companhia convocará a FNP e seus sindicatos filiados para participar com representação no comitê gestor de RH sobre transferências sendo constituída uma comissão paritária entre empresa e sindicatos.



A empresa se compromete a não promover dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado eleito para o comitê gestor de RH

sobre transferências desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.

Em defesa do emprego!

6 - DEFESA DO TELETRABALHO NA PANDEMIA E DA GARANTIA DAS CONDIÇÕES ADEQUADAS AO SEU EXERCÍCIO E DAS INDENIZAÇÕES DEVIDAS

A Empresa reembolsará as eventuais despesas que os seus empregados tenham com o regime temporário de home office, mediante a apresentação de relatórios de despesas (compra de cadeiras ergonômicas, compra de laptops, montagem de escritório em casa etc.). A empresa fornecerá os equipamentos tecnológicos a todos os trabalhadores, bem como pelo reembolso de despesas arcadas pelo empregado, mediante política de reembolso, quando as despesas de energia, luz e internet excederem o que anteriormente era praticado no domicílio e por iniciativa do empregado ou oferecer uma ajuda de custo mensal de R\$ 200 para todos os empregados.

A empresa só retornará ao trabalho presencial a partir de negociação com o sindicato e análise criteriosa das condições de saúde e segurança.

Garantir o direito de o trabalhador solicitar o teletrabalho ou o retorno ao presencial de forma individual, com a anuência do sindicato, tal como na redução da jornada para 6h.

Estabelecer controle da jornada de trabalho mantendo a jornada flexível.

Regulamentação da utilização de dispositivos móveis pessoais e aplicativos de mensagens com proteção à privacidade e separação dos recursos da empresa e os pessoais.

Reconhecer os acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho com emissão de CAT.

Realizar melhorias no programa de saúde mental para acompanhamento dos trabalhadores em trabalho remoto e se comprometer a promover políticas de combate ao isolamento profissional e social.

Realizar treinamentos para uso de novas tecnologias.



Incorporar o trabalho remoto como regime de trabalho sendo objeto de discussão coletiva na comissão pertinente de acompanhamento do ACT.



7 - DEFESA DA APOSENTADORIA (PETROS - PAGAMENTO PELA PETROBRÁS E DEMAIS PATROCINADORAS DE SUAS DÍVIDAS)

A direção da Petrobrás e demais patrocinadoras devem reconhecer e pagar as bilionárias dívidas históricas que detêm com a PETROS, já que honraram, primeiro, dívidas posteriores com banqueiros e acionistas internacionais, que não tiveram confiscados seus benefícios de aposentadorias devido gestão temerária ou fraudulenta e sob o controle tanto do Governo Federal quanto da própria direção da empresa.

As principais dívidas das patrocinadoras por investimentos mal feitos ou temerários:

FIP SONDAS – 7 BRASIL	R\$ 4,30bi
ITAUSA	R\$ 2,25bi
FIP ENERGIA – BELO MONTE	R\$ 1,67bi
PARANAPANEMA	R\$ 1,80bi
INVEPAR	R\$ 2,20bi
LUPATECH	R\$ 0.50bi



A Ação Civil Pública de 2001, na 18ª vara do Rio de Janeiro, tem o Sindipetro PAAMMAAP e o Sindipetro LP como autores. O laudo pericial comprova as dívidas, cujos valores corresponderiam à necessidade de aporte imediato de R\$ 8,188 bilhões, já descontados os valores antecipados pela Petrobrás à PETROS, quando

da transferência dos títulos para pagamento de parte do compromisso com os Pré-70.

A este valor deveria ainda ser acrescida a parcela referente ao custeio administrativo no valor de R\$ 2 milhões, resultando em R\$ 8,710 bilhões (oito bilhões setecentos e dez milhões de reais). Entretanto, no acordo aceito pela FUP e PETROS realizado nos autos da ACP

foi de apenas cerca de R\$ 4,767 bilhões.

Dívidas das patrocinadoras decorrentes da política de pessoal praticada:

Programas de Demissão Incentivada implantado na década de 1990, também de iniciativa exclusiva da Petrobrás, fizeram com que a PETROS iniciasse os pagamentos das aposentadorias vários anos antes do previsto.

O impacto dessa política de pessoal da Petrobrás foi de R\$ 2,350 bilhões, conforme avaliação da própria PETROS, sem que a Fundação dispusesse de patrimônio para assumir esse montante.

Outra dívida provocada pela Petrobras e Petros junto aos aposentados e pensionistas diz respeito ao acordo de níveis referente aos anos de 2004, 2005 e 2006 que corresponde a 3,8 bilhões. com uma perspectiva de correção para chegar aos 5,0 bilhões aproximadamente.

(Atualizando todos os valores dessas dívidas já daria pra pagar uma grande parte do déficit do plano)

Encontrar solução para aposentados e pensionistas que possuem benefícios abaixo de R\$ 6.000,00:

Com a substituição do Plano de Equacionamento de 2015 – PED15, pelo novo plano de equacionamento – NPP, os aposentados e pensionistas que têm benefícios Petros até R\$ 6.000,00 ficaram prejudicados. Isso ocorreu pela substituição dos índices de contribuição extra de forma escalonada, adotada no PED15,

por um único índice usado para a contribuição extra do NPP.

Mesmo considerando já o acréscimo do déficit de 2018, essa faixa salarial ficou bastante prejudicada. Diferente daqueles com benefícios acima de R\$ 6.000,00, que tiveram seus descontos extras diminuídos na proporção de quanto maior o benefício Petros, mais beneficiado foi, enquanto que aqueles com benefícios abaixo de R\$ 6.000,00, tiveram seus descontos aumentados na proporção inversa, ou seja, quanto menor o benefício mais prejudicado foi.

Essa questão já foi discutida e pautada no GT PETROS onde houve promessa da Presidência da Petros em buscar uma solução definitiva para o caso.

Em defesa da Petros e do patrimônio dos participantes e assistidos:

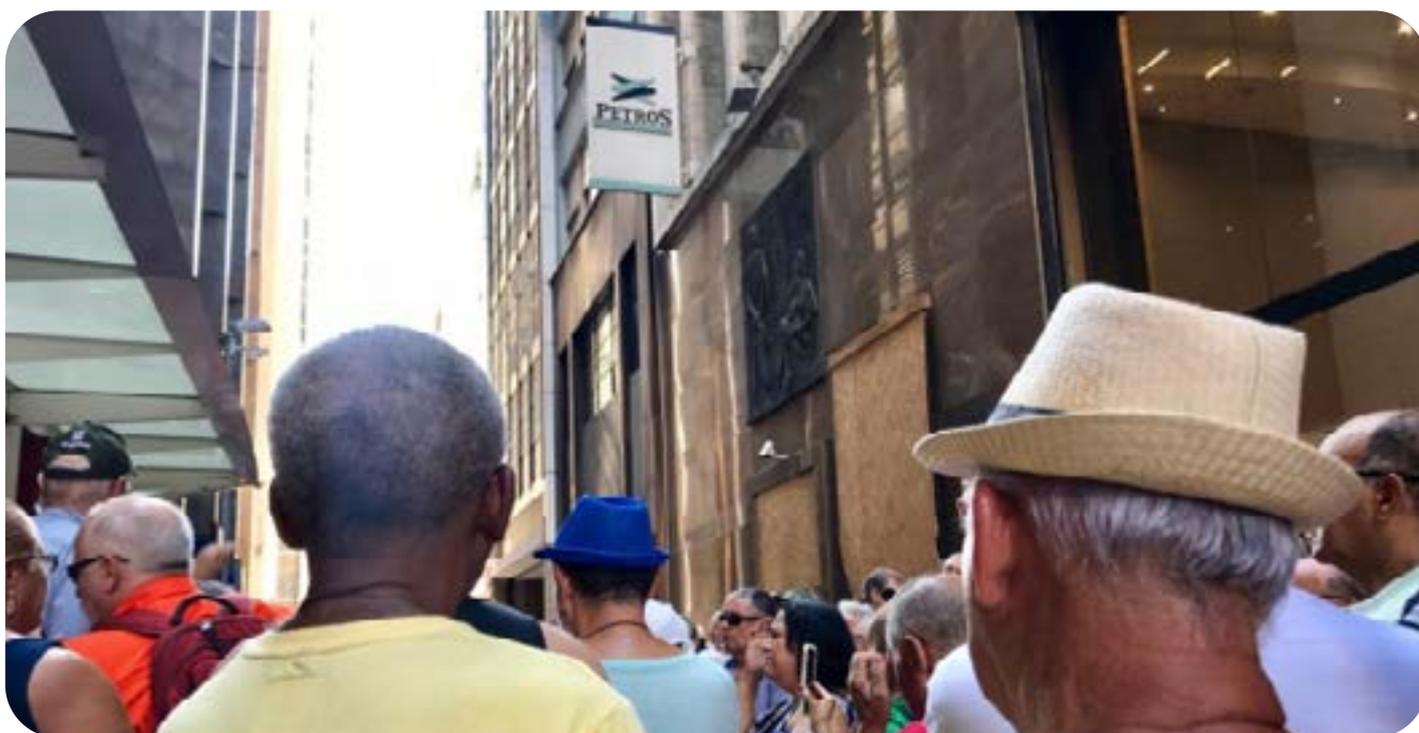
A Petros foi instituída e é mantida pelas patrocinadoras e pelos participantes e assistidos, no entanto, não há paridade na gestão dos planos. As patrocinadoras têm o controle sobre a gestão administrativa e de investimentos desse

patrimônio, facilitando a possibilidade de levar a investimentos temerários e fraudulentos ao longo do tempo, provocando déficits bilionários. Esses déficits obrigam cada participante e assistido a mudar seu modo de vida para ter que pagar uma conta que não tiveram possibilidade de controle por quem as criou.

É preciso continuar cobrando e lutando por eleição direta para a Diretoria da Petros, da mesma forma como já é praticado para o Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo.

Em defesa dos conselheiros eleitos dos trabalhadores!

Os conselheiros eleitos dos trabalhadores não podem ser criminalizados. Eles estavam em pleno exercício de uma função representativa e atuaram em defesa dos trabalhadores reprovando as contas da PETROS e denunciando por diversas vezes em diversas instituições os graves erros da direção da PETROS. Não há nenhum indício de mal feitos sendo os processos uma clara perseguição política e um atentado contra a liberdade sindical.



FNP

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS